



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 20 de junho de 2013

| | |
|--|---|
| JORNAL DO COMMERCIO Comércio Exterior | 1 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Follow-UP | 2 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Empresários estão sufocados' | 3 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Empresários estão sufocados' (continuação)..... | 4 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Transporte Público | 5 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA Sim & Não | 6 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA Logística Aérea | 7 |
| ECONOMIA | |

Comércio Exterior

Fieam incentiva foco na exportação com projeto

Na próxima quinta-feira, 28, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), por meio do Centro Internacional de Negócios (CIN/AM), intensificará o incentivo à exportação de produtos regional com a promoção da rodada de negócios do Projeto Amazon Business Experience.

A iniciativa tem parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) que trará para participar da Rodada de Negócios potenciais compradores do Canadá, Guatemala, México e Portugal. As negociações serão realizadas, das 9h às 17h, no Hotel Go Inn, rua Monsenhor Coutinho, 560, Centro.

De acordo com o gerente executivo do CIN Amazonas, Marcelo Lima, 23 empresas do Norte já confirmaram participação neste evento que visa ampliar contatos com executivos de outros mercados e oportunizar a internacionalização de alimentos, bebidas e cosméticos da Amazônia.

“Empresários do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Rio de Janeiro irão expor o que podem oferecer para atender demandas diversificadas de clientes da Europa e América,

oportunizando futuros negócios no mercado internacional”, explica Lima.

O Projeto Amazon Business Experience foi estruturado a partir de cases de sucessos fomentados pela ApexBrasil na ação de impulsionar exportação de produtos e serviços do Brasil ao exterior. A estratégia de atrair compradores de continentes e países diferentes seguiu exemplo dos projetos Fórmula Indy, desenvolvido em São Paulo e em países onde as etapas do evento automobilístico são sediadas, e Carnaval, realizado no Rio de Janeiro.

A iniciativa viabiliza a vinda dos compradores às capitais brasileiras com a proposta de apresentar os produtos regionais com maior probabilidade de conquistar consumidores estrangeiros, além de mostrar a cultura local, oportunizando a visita dos executivos internacionais em pontos turísticos e em atividades culturais da região.

Essa ação integrada da Rede CIN, ApexBrasil e FIEAM prevê no dia 29 visitas ao encontro das águas dos Rios Negro e Solimões e ao Festival de Parintins, um dos maiores eventos divulgadores da cultura amazonense.

Follow-UP



EMPRESARIAL

ZFM: o isolamento temerário!

Nos velhos tempos de ginásio Colégio Dom Bosco, padre Humberto Vieira de Barros insistia, por razões literárias e pedagógicas, em deixar clara a diferença entre ousadia e temeridade. Destacava as vantagens de ousar para avançar nos projetos e propósitos de crescimento, na vida e na fé, e orientava sobre as surpresas da conduta temerária, aquela que frequenta o risco e pouco se importa com a possibilidade da tragédia. Essa lembrança foi provocada pelos últimos relatos da discussão nacional do modelo Zona Franca, reforma fiscal e unificação do ICMS. Na votação da Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, do Senado Federal, apostamos na audácia de reivindicar a manutenção das vantagens competitivas e isso, nos olhos de nossos críticos, acabou virando temeridade, com a atração da antipatia dos demais estados que relutam em aceitar as vantagens constitucionais e fiscais do modelo econômico local. Dizendo de outra maneira: a manutenção provisória e audaciosa dos benefícios

fiscais da ZFM se transformou numa enzima temerária que precipitou a reação coletiva dos parlamentares no Congresso e secretários de Fazenda de todo o país no Confaz contra a manutenção dos 12% para as transações com o Polo Industrial de Manaus.

Ataques sistemáticos

O jornal Folha de São Paulo, na edição de domingo, dia 16, trouxe uma reportagem ampla sobre renúncia fiscal com mais um destaque distorcido para a Zona Franca de Manaus, colocando-a em terceiro lugar entre os privilegiados do país, ao lado de outros beneficiários que auferem vantagens efetivas sem contrapartida para o interesse nacional. O jornal, a mídia geral, a opinião pública, os parlamentares de outros estados - a rigor - não têm obrigação de destacar as diferenças entre os beneficiários das isenções tributárias. Esta é uma responsabilidade de todos nós que aqui trabalhamos e cumprimos, nesta porção ignota, um papel estratégico, vital, essencial para

o país. Aqui produzimos - sem chaminés nem poluição dos rios - motocicletas, televisores, celulares, relógios, concentrado de bebidas, entre vários itens, incluindo oxigênio. Sim, com essa floresta exuberante, produzimos oxigênio limpo e vital. Assim ajudamos o Brasil, o mundo e os seres vivos a respirarem melhor e evitar o agravamento das mudanças climáticas. E se o país insiste em ignorar tudo isso é responsabilidade única e exclusiva de todos nós.

Omissão perigosa

Até bem pouco tempo, nessa guerra fiscal, o Estado de São Paulo era nosso maior e, frequentemente, o único desafeto, alvo constante de Ações Constitucionais na Suprema Corte. Com a recente discussão da unificação do ICMS, aliados históricos passaram a reivindicar vantagens fiscais em nome dos benefícios concedidos à ZFM, alguns se afastaram a ponto de promover um isolamento do Amazonas em relação aos demais estados da federação, razão pela qual a Reforma Fiscal foi estrategicamente congelada até a definição política do próximo ano, à vista dos riscos eleitorais da manutenção explícita do apoio presidencial ao modelo. Por que segurar até lá a ousadia de convencer o país sobre a importância de manter 98% de nossa floresta preservada? Por que não convidar o Brasil a descobrir que 60% de seu território é uma fantástica floresta,

onde existe uma indústria sem chaminés, dentro de uma poderosa e monumental fábrica de transformação de carbono que compromete a atmosfera em madeira tropical, formando o ecossistema de maior biodiversidade do planeta?

Desconhecimento crônico

Este parque industrial existe pra isso, sua estrutura fiscal está na Constituição Brasileira. E ao resguardar a floresta, onde brota um quinto de todos os princípios

de produção de alimentos para os brasileiros e para toda a humanidade. O Brasil ataca a indústria da Zona Franca, é importante dizer, porque desconhece que ela financia integralmente a Universidade do Estado do Amazonas, a única do Brasil presente em todos os municípios de um Estado. E são 62 municípios espalhados no Amazonas, um Estado que é maior que a Europa Ocidental. As indústrias patrocinam o turismo, as cadeias produtivas de agroindústria no interior e ajudam na moradia, na segurança e na educação dos jovens, distribuindo anualmente aos municípios em torno de um bilhão de reais. E longe de ser confundida com paraíso fiscal, a Zona Franca - o Brasil não sabe disso - responde por 60% dos impostos pagos pela Região Norte para a União. De toda riqueza produzida neste modelo, segundo estudos da Universidade de São Paulo, 53% é devolvida ao governo, para cumprimento de suas atribuições constitucionais.

Isenções e contrapartidas

É injusta e leviana a equiparação da isenção fiscal do modelo Zona Franca com as demais formas de isenção pro-

movidas em outras regiões do país. Quando o Brasil reduz imposto seu objetivo é ajudar regiões isoladas e desfavorecidas. Para toda a Região Norte, incluindo a Zona Franca, o governo incentiva o desenvolvimento com 17,8% de isenção de alguns impostos, enquanto a região Sudeste, a mais desenvolvida, usufrui 48% desses benefícios fiscais para seu desenvolvimento. As verbas do BNDES, na mesma lógica, são destinadas prioritariamente ao Sudeste. E com essas isenções a indústria produz 120 mil empregos diretos, com média salarial para 90% dos trabalhadores de R\$ 1.732,42, ou seja, 2,56 salários mínimos, gera, ademais, 600 mil empregos indiretos, além das atividades das cadeias produtivas no interior, no comércio local e por todo o país. A Zona Franca - o país precisa saber - não é de Manaus é do Brasil, pois gera empregos e benefícios em todo território nacional, oferece produtos de qualidade, a preços acessíveis e, principalmente, guarda, de forma competente e responsável, o tesouro de nossa biodiversidade. Está na hora do Brasil conhecer o Brasil, e passear por sua floresta.

A Folha de São Paulo trouxe nova reportagem com destaque distorcido para a ZFM

ativos do planeta e representa a cobiça maior de toda humanidade, o modelo ZFM mantém a soberania brasileira sobre este patrimônio. É um tesouro biológico que o Brasil, se quiser investir em pesquisa, pode usar com inteligência para produzir remédios, cosméticos, alimentos e energia limpa. Precisamos, apenas, de mais cientistas - só temos 500 em atividade - que transformem esse bioma fantástico na cura das doenças, na magia e beleza dos cosméticos tropicais e na prosperidade ge-

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Empresários estão sufocados'

Por Tanair Maria

Sempre pioneira a Associação Comercial do Amazonas lutou pela criação de um estabelecimento bancário para Manaus, em meados de 1895 quando surge o Banco do Amazonas. Já em 1908, a cidade acolhe a segunda agência do Banco do Brasil do país. Hoje ao celebrar 142 anos de sua fundação, a ACA se orgulha em manter um rico acervo sobre a história econômica, social, cultural e política do Estado. Há registros de que a entidade também lutou pela criação da Junta Comercial do Amazonas, em 1891; do Porto de Manaus, em 1903; da chegada do telégrafo, em 1910; e tantas outras conquistas que continuam a fomentar benefícios para o Estado.

Para falar um pouco mais sobre a atuação da ACA, agora com foco no atual contexto econômico estadual, nacional e internacional, o *Jornal do Comércio* entrevistou o 56º presidente da entidade centenária. Saiba mais a seguir.



"Os empresários estão sufocados com tantos impostos incidentes em suas mercadorias, que deveriam ser provisórios e que se constituíram de forma permanente e que prejudica os negócios na questão de crescimento."

Ismael Bicharra Filho
presidente da ACA

Empresários estão sufocados' (continuação)

Jornal do Commercio - Ao comemorar 142 anos da Associação Comercial do Amazonas, de que forma o presidente dessa entidade histórica vislumbra a atual conjuntura econômica no Amazonas?

Ismael Bicharra Filho - A entidade é a mãe de todas as outras do gênero a exemplo da Fieam, Cieam, Fercomércio, Faea, CDL-M, dentre outras e, por isso, devemos refletir sobre sua importância. O desenvolvimento da economia do Amazonas deve muito à ACA, e graças à história da associação é que avançamos muito ao longo desses 142 anos. A história da entidade confunde-se com a história do Estado. A história do país também. Grafamos nosso nome até durante a Guerra de Canudos, quando enviamos homens daqui para a batalha. Isso não pode ser esquecido jamais, pois vivemos um momento em que o comércio amazonense tem muito para comemorar.

☞ - Estamos vivendo um momento de manifestação popular em todo o Brasil. Como o setor comercial encara esses protestos já que

hoje, quinta-feira, é a vez do povo manauara se manifestar de forma pacífica, na Praça da Matriz, área central da cidade?

IBF - Nós somos a favor das manifestações populares pacíficas, que buscam melhorias de vida para todos que vivem em uma sociedade e querem exercer a Democracia em sua

plenitude. O que não pode é ocorrer atos que sabemos ser isolados, de depreciação do patrimônio público histórico e do patrimônio empresarial que fomenta a geração de emprego e renda em Manaus, no Amazonas e em todo o país.

☞ - O Brasil está entre os países com a mais alta carga

tributária o que vem desestimulando o empreendedorismo, em contra partida verifica-se o crescimento do comércio informal. Em Manaus este fenômeno econômico é perceptível, como reverter essa situação?

IBF - Também entendemos que as manifestações populares vão proporcionar bons resulta-

dos inclusive para o comércio que sofre com uma sobrecarga tributária e com o aumento do comércio informal. Os empresários estão sufocados com tantos impostos incidentes em suas mercadorias, que deveriam ser provisórios e que se constituíram de forma permanente e que prejudica os negócios na questão de crescimento,

se vende menos, compra-se menos e cresce-se menos. Temos o exemplo do FGTS que tinha tempo determinado, mas que continua ativo na contabilidade das empresas. Então, continua tudo em cima do empresário e o resultado está nas ruas do centro da cidade.

☞ - Em relação a uma eminente crise cambial com a alta no dólar, que potencializa o risco de investimento nos novos projetos do Polo Industrial de Manaus, o comércio também está na zona de risco?

IBF - Estamos sempre alerta, a Associação Comercial do Amazonas comemora seus 142 anos com a sensação de que muito já foi feito; entramos para a história do país com muito esforço. Muito ainda está por vir, e, como nossos antecessores, estamos enfrentando os desafios que surgem no meio do caminho, mas, com a certeza de que com o trabalho correto, com determinação e coragem, continuaremos a lutar pelo desenvolvimento do comércio em todo o Estado. Que venham outros 142 anos pela frente!

Por dentro

ACA UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

✓ A Associação foi criada em 18 de junho de 1871, em plena era da borracha, fim do período imperial do Brasil, com o objetivo de promover por todos os meios seu alcance, o desenvolvimento do comércio da então província, além da sustentação e defesa de seus legítimos direitos e interesses.

✓ José Coelho de Miranda Leão foi o primeiro presidente. A primeira sede ficava na rua das Flores (atual Guilherme Moreira), só em 1942 transferiu-se para o atual prédio, também na mesma rua.

✓ Em 1917 foi reconhecida pelo Decreto Legislativo Federal nº 3.333, como sendo de utilidade pública. Anos depois também agregava os títulos de Órgão Técnico Consultivo dos governos Federal, Estadual e Municipal.

✓ Quando surgiram as primeiras manifestações a favor da criação de uma Zona de Livre Comércio de Importação e Exportação

para a Amazônia Ocidental, os gestores da ACA foram incansáveis nesta batalha.

✓ O decreto-lei nº 288, de fevereiro de 1967, que criou a Zona Franca de Manaus, era o troféu desta luta.

✓ ACA comemora 142 anos e contabiliza os benefícios para o Amazonas e outorga Medalha do Mérito Empresarial J.G.Araújo para:

- General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Boas, Comandante Militar da Amazônia
- Delegado de Polícia Sérgio Fontes, Superintendente da Polícia Federal no Amazonas
- Coronel QOPM Gilberto de Andrade Gouvêa, Comandante do Comando do Policiamento Metropolitano - COM
- Raimundo Vidarico do Nascimento, Auditor Fiscal da Receita Federal, ex Inspetor da Alfândega do Porto de Manaus
- Olinda Carim Antonio, Empresária - O.C.Antonio

Transporte Público

Governo descarta desonerações

Mantega diz que não há recursos para incentivar o setor, restando apenas readequações das leis

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que não há mais espaço fiscal para novas reduções de tributos para o transporte público. Segundo ele, o Congresso Nacional terá de adaptar a proposta de desoneração total aos benefícios fiscais já concedidos pelo governo.

"Já fizemos reduções equivalentes às que estão propostas nesse projeto. De modo que nós não temos condições de fazer novas desonerações. Será preciso que o texto que implica reduções federais, estaduais e municipais seja readequado", declarou o ministro. "Os parlamentares vão estudar a forma de adaptar o projeto. Não estão previstas novas desonerações, além das que fizemos", reiterou o ministro mais tarde.

De acordo com Mantega, as desonerações postas em prática pelo governo federal desde meados do ano passado foram responsáveis pela redução de 10% nas tarifas de trens e metrô e de 7,5% nas passagens de ônibus.

Entre as medidas citadas pelo ministro estão a redução a zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o diesel, a desoneração da folha de pagamento das empresas de transporte público, o barateamento da energia elétrica e a retirada do Programa



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Guido Mantega disse que as desonerações do governo federal foram causas para redução nas tarifas

de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as passagens de transporte urbano.

Segundo o ministro, o governo federal já fez sua parte e os Estados e municípios devem analisar o impacto das medidas nas planilhas de custos para repassarem a desoneração para o preço final das passagens. "O governo federal fez as de-

sonerações e cabe aos entes federados discutir a redução da planilha de custos. Não vou entrar na discussão de tarifas, porque essa é uma questão estadual e municipal."

Depois de insistentes questionamentos, o ministro disse que o governo federal não estuda um eventual aumento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os veículos para compensar a redução

das tarifas de ônibus, uma das reivindicações dos manifestantes. "Não estamos discutindo IPI neste momento", limitou-se a dizer Mantega.

O ministro concedeu entrevista durante o primeiro tempo do jogo da seleção brasileira. Marcada para as 15h30, a coletiva começou com 45 minutos de atraso.

Mais cedo, o ministro recebeu o senador Lindbergh Fa-

rias (PT-RJ), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, e o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator na Câmara da proposta que amplia as desonerações para o transporte público. De acordo com os parlamentares, as novas reduções de tributos poderiam baratear de 10% a 15% o preço das passagens.

Pela proposta dos parlamentares, o PIS e a Cofins



do diesel e de bens e equipamentos para o transporte público seria zerado. Além disso, a desoneração da folha de pagamentos para as empresas do setor seria ampliada. Em troca, os Estados teriam de zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os mesmos bens e mercadorias, e as prefeituras precisaram eliminar o Imposto sobre Serviços (ISS) para aderir à desoneração total.

Sim & Não

Cimento de contrabando em licitações

Investigações da Polícia Federal, acompanhadas agora pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Mineração da Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), apontam indícios de que parte do cimento utilizado em obras públicas saiu de remessas contrabandeadas. Já há sete mil sacos do produto apreendido. Caso as suspeitas sejam confirmadas, as obras estarão sob risco já que remessas encontradas chegaram ao Amazonas com prazo de validade vencido.

Fraude Os deputados Marcos Rotta (PMDB) e Sinésio Campos (PT), presidentes das comissões que tiveram acesso às denúncias, receberam informação de que empresas que participaram de licitações podem ter declarado preços do cimento legal, mas utilizado o insumo de contrabando.

Plenário Sinésio e Rotta devem falar sobre o assunto na sessão de hoje da ALE-AM. Ontem, eles se encontraram com o superintendente da PF-AM, delegado Sérgio Fontes.

Maior Os deputados evitaram dar mais informações e não fazem referência às obras que podem ter sido objeto da fraude, mas, em contato com a coluna, insinuaram que os 7 mil sacos apreendidos este ano

pela PF podem ser apenas uma ponta do escândalo.

Origem Até onde se sabe, o cimento ilegal que chegou ao Amazonas tem diversas procedências, como Venezuela, Trinidad e Tobago e Portugal.

Decepção Servidores da ALE-AM demonstram constrangimento com nota de desagravo em favor do ex-presidente da Casa Ricardo Nicolau, publicada em nome deles pela Assale. Depois do escândalo que envolve Nicolau, eles se dizem decepcionados com o ex-dirigente.

Contra Em discussão ontem no plenário da ALE-AM com a base governista, o líder do PT na Casa, deputado José Ricardo (PT), disse que defende a saída

de seu partido do Governo, no qual a sigla possui cargos em todos os escalões do Estado.

É mentira! Arraial organizado pela secretária Rebecca Garcia (PP) virou brincadeira junina. Primeiro, o evento estava marcado para hoje, mas foi adiado para amanhã. Ontem, foi cancelado de vez.

Sem clima O argumento que derrubou o "Arraia da Rebecca" foi o clima de protestos contra o poder público. A decisão deixa no ar a desconfiança do Governo de que os atos de hoje possam se repetir amanhã.

Redução Estudo do Planalto sobre a tarifa de ônibus enviado ontem à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) mostra que Manaus pode reduzir o preço

da passagem em mais R\$ 0,11, o que a derrubaria de R\$ 2,90 para R\$ 2,80. Isso pode ser alcançado com a desoneração da folha de pagamento do setor.

Pauta O governador Omar Aziz (PSD) e o prefeito Artur Neto (PSDB) passaram a manhã reunidos na sede do Governo, ontem. Os protestos de hoje à tarde não foram pauta exclusiva da conversa. Eles também trataram de Copa, energia elétrica e asfaltamento.

Diversidade O programa A Crítica Notícia (93,1 FM) abriu ontem os microfones para o manauara expressar o grito que levará hoje às ruas. Apareceu de tudo, desde reclamação contra a "morosidade da Justiça do Trabalho" até o alto preço da farinha e do pirarucu.

PINGA FOGO

✘ Em pleno clima de revolta do povo contra o poder público, dois setores do município resolveram liberar parte de seus servidores para assistir ao jogo de ontem da Seleção pela Copa das Confederações: as secretarias de Administração (Semad) e a de Governo (Semgov).

✘ Tempo em que o comum é passar o rolo compressor para não permitir mexidas no projeto do Executivo, o presidente da CMM, Bosco Saraiva (PSDB), considerou histórico o fato da Casa ter aprovado 21 emendas às LDO 2014.

✘ Mais histórico ainda foi o fato da oposição haver conseguido duas emendas, com os vereadores petistas Waldemir José e Bibiano, registrou Bosco Saraiva.

Manaus, quinta-feira, 20 de junho de 2013.

Logística Aérea

Reforço aos negócios do PIM

TAM Cargo inaugura nova rota que ligará Manaus a Recife (PE), e daí para outras cidades do Nordeste.

A TAM Cargo, unidade de cargas do Grupo LATAM Airlines, anunciou a sua segunda operação cargueira, que ligará a cidade de Manaus (AM) a Recife (PE), medida que reforçar a distribuição em outras praças de produtos fabricados no Polo In-

dustrial de Manaus (PIM).

A rota será operada por uma aeronave modelo Boeing 767-300ER, com capacidade para transporte de até 52 toneladas. A partir de Recife, as encomendas poderão seguir por várias linhas da empresa que conectam as

principais capitais nordestinas, como Salvador, João Pessoa, Fortaleza, Aracaju, Maceió e Natal.

A nova frequência complementa a operação cargueira da empresa nesta rota, que ocorre aos sábados e realiza uma escala em Fortaleza (CE).

A nova opção de voo cargueiro da TAM Cargo será mais um diferencial para o mercado dessas regiões, por conectar diretamente o PIM às cidades do Nordeste em menos de 24 horas, nos dois sentidos.

Inicialmente, a operação ocorrerá todas as quintas-feiras, com saída



Voos ocorrerão na quinta-feira

de Recife às 9h20 e chegada prevista a Manaus às 12h30. No sentido inverso, o cargueiro parte de Manaus às 14h, chegando a Recife às 19h.

A TAM Cargo ainda oferece voos cargueiros na rota que liga São Paulo/Guarulhos a Manaus, de terças às sextas-feiras, com três voos diários, além de duas operações aos sábados. Outra rota cargueira presente entre os serviços da empresa conecta as cidades de São Paulo/Guarulhos a Belém (PA) e Belém a Manaus, com duas frequências semanais, as quartas e sextas-feiras.